


## **Apresentação da Seção Temática: Ética, Integridade e Inteligência Artificial**


### **Thematic Section Introduction: Ethics, Integrity and Artificial Intelligence**

#### **Presentación a la Sección Temática: Ética, integridad e Inteligencia Artificial**

Jefferson Mainardes\*

 <https://orcid.org/0000-0003-0401-8112>

Rubén Comas-Forgas\*\*

 <https://orcid.org/0000-0002-8885-753X>

A Revista Práxis Educativa, desde o Volume 9, de 2014, tem publicado artigos, dossiês e seções temáticas sobre ética em pesquisa e, em virtude disso, tornou-se uma revista de referência nos estudos sobre ética e integridade em pesquisa no Brasil. Dito isso, é com satisfação que apresentamos a Seção Temática: Ética, Integridade e Inteligência Artificial (2025), que conta com dez artigos, de autores de diferentes países (Brasil, Austrália, Portugal, Espanha e Suécia). A Seção Temática está dividida em duas partes: a) artigos que exploram questões relacionadas à ética em pesquisa, normas éticas, honestidade e desonestidade acadêmica; e b) artigos sobre ética no contexto da Inteligência Artificial (IA).

A primeira parte é constituída por cinco artigos. O primeiro artigo, de autoria de Marilys Guillemín e Lynn Gillam, traduzido do inglês e intitulado *Ética, reflexividade e “momentos eticamente importantes” na pesquisa*, apresenta uma abordagem inovadora da ética em pesquisa. As autoras questionam a ética procedimental (a aprovação ética como um aspecto burocrático) e defendem a necessidade de se considerar a “ética na prática”. O artigo baseia-se na noção de reflexividade como uma maneira útil de entender tanto a natureza da ética na pesquisa qualitativa quanto a forma como a prática ética em pesquisa pode ser efetivada. O artigo foi publicado, originalmente, em 2004, na revista *Qualitative Inquiry*, alcançando ampla repercussão. Atualmente, possui 6.019 citações no

---

\* Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Membro da Comissão de Ética em Pesquisa e Integridade da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Membro do Grupo de Trabalho (GT) de Ética em Pesquisa do Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras e Linguística (FCHSSALLA). Integrante da Red Iberoamericana de Investigación en Integridad Académica (Red/IA). E-mail: <jefferson.m@uol.com.br>.

\*\* Professor da Universitat de Illes Balears (UIB). Co-fundador e Coordenador da Red Iberoamericana de Investigación en Integridad Académica (Red/IA). E-mail: <rubencomas@uib.es>.

Google Acadêmico. A tradução desse artigo constitui uma importante contribuição para os estudos e as reflexões sobre a ética em pesquisa no contexto brasileiro, em particular no âmbito das pesquisas em Humanidades.

O segundo artigo, de autoria de Antoni Cerdà-Navarro, Maria Vallespir-Adillón, Mercè Morey-López e Jaume Sureda-Negre, intitulado *Faculty influences on academic integrity at postgraduate level – views from Spanish universities*, analisa as respostas a um questionário aplicado a 489 professores espanhóis que lecionavam para estudantes de pós-graduação, abordando a desonestidade acadêmica. Os resultados foram analisados e organizados em quatro grupos, que refletem as opiniões dos professores sobre prevenção e enfrentamento da desonestidade. O maior grupo (39%) considerou essencial detectar a desonestidade e impor sanções rigorosas quando ocorresse má conduta. Um grupo menor (15,7%) acreditava que o sistema universitário não era responsável pela desonestidade acadêmica. Além disso, 78,7% concordaram que fatores tecnológicos são a principal causa de violações, pois a tecnologia permite que os estudantes ajam de forma desonesta com facilidade. Os resultados destacam a necessidade de um entendimento compartilhado sobre o papel de toda a comunidade acadêmica no desenvolvimento de uma cultura de integridade acadêmica, na qual todos os professores reconheçam que promover essa integridade é sua responsabilidade.

No artigo *Desenvolvimento das normas éticas em pesquisas nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas no Brasil: desafios e perspectivas da Resolução nº 674/2022*, Eduardo Filipe Moraes de Aquino, Bruno Eduardo Freitas Honorato e Felipe Fróes Couto examinam o desenvolvimento normativo das resoluções éticas aplicáveis às pesquisas nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CHSSA) no Brasil, com foco na análise da Resolução nº 674, de 6 de maio de 2022. O objetivo foi compreender como essas mudanças regulatórias impactam a adequação da avaliação ética às metodologias qualitativas e participativas. Adotando uma abordagem qualitativa e documental, o estudo revisou as principais resoluções. Os resultados indicam que, apesar dos avanços, a avaliação ética nas CHSSA continua enfrentando desafios em razão da persistência do modelo biomédico. Os prazos de aprovação, a burocratização e o paradigma biomédico são apontados como os principais entraves. Concluiu-se que, para uma adequação plena, são necessárias mudanças estruturais, como a criação de categorias específicas de risco e a descentralização do sistema formado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Sistema CEP/Conep). O trabalho contribui para o debate ao propor medidas que podem favorecer uma regulação ética mais inclusiva e ajustada às demandas metodológicas das CHSSA.

O quarto artigo, intitulado *Deshonestidad académica en los estudios de posgrado: revisión crítica de la investigación actual*, de autoria de Cinta Gallent-Torres e Jaume Sureda-Negre, analisa o estado atual da pesquisa sobre a desonestidade acadêmica em estudantes de pós-graduação. Especificamente, busca identificar as práticas ilícitas mais frequentes apontadas pelos diferentes informantes consultados (alunos, professores e responsáveis acadêmicos), analisar os fatores que as motivam e descrever as medidas que as universidades adotam para enfrentar esse fenômeno. Para isso, os autores realizaram uma revisão sistemática e crítica da literatura, seguindo as diretrizes do modelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA). Por meio da consulta a quatro bases de dados (*Web of Science*, *Scopus*, *Dialnet* e *ERIC*), foram localizados 594 artigos publicados entre 2020 e 2024, dos quais, de acordo com o critério de incluir apenas aqueles estudos cuja análise foi realizada exclusivamente com população de pós-graduação, selecionaram-se 27 para análise. Destes, conclui-se que as práticas mais frequentes são o plágio, a autoria indevida e a manipulação de dados. Entre os principais fatores que as impulsionam estão a pressão para publicar, o isolamento acadêmico, a falta de formação ética e as hierarquias de poder. Embora predominem medidas punitivas, começam a consolidar-se estratégias preventivas centradas na sensibilização, na formação e no acompanhamento docente. A revisão sublinha a necessidade de

articular políticas que combinem marcos normativos, prevenção e uma cultura ética partilhada, a fim de garantir a qualidade e a sustentabilidade da formação de pós-graduação.

O quinto artigo, intitulado *Commercialising academic dishonesty: analysis of contract cheating platforms in Spain*, de Rubén Comas-Forgas, Manos Pavlakis e Olaya Álvarez-García, explora a estrutura, as estratégias e as implicações éticas das plataformas de compra e venda de trabalhos acadêmicos na Espanha, com foco em suas práticas publicitárias e infraestruturas digitais. Com base em uma análise de métodos mistos de 40 *sites* ativos e 643 anúncios associados, o estudo examina como esses serviços se apresentam como apoio acadêmico legítimo. Os resultados revelam táticas de *marketing* sofisticadas, ambiguidade legal e uma crescente normalização da terceirização acadêmica. As plataformas utilizam discursos persuasivos de personalização, confidencialidade e garantias de sucesso, explorando frequentemente o estresse acadêmico dos estudantes. A maioria dos serviços oferece pacotes completos de redação, edição e tutoria, imitando a linguagem institucional, enquanto evita referência direta a condutas impróprias. A análise evidencia a mercantilização do Ensino Superior e a necessidade de respostas regulatórias e educativas. O trabalho traz dados empíricos inéditos para o pouco explorado contexto espanhol e contribui para os debates globais sobre integridade acadêmica.

A segunda parte é formada por cinco artigos sobre IA e questões éticas. O primeiro artigo, *Ética na comunicação científica: navegando entre princípios e algoritmos*, de Carlos Lopes, Aline Loretto Garcia, Rodrigo de Oliveira Junior e Rodrigo Mendes da Silva, analisa as medidas propostas no Guia da Rede *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), de 2023, para editores, pareceristas e autores sobre o uso de ferramentas e recursos de IA na comunicação científica. Para isso, os autores examinaram as medidas estruturadoras propostas no Guia SciELO de 2023 para a integridade científica, bem como buscaram identificar lacunas e desafios emergentes. O estudo segue uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. Os resultados indicam que as medidas estruturadoras do Guia SciELO de 2023 para a integridade científica na comunicação científica se associam às seguintes categorias: informativa, formativa, preventiva e orientativa, reafirmando a centralidade da autoria humana, da transparência e da rastreabilidade no uso da IA. A categoria da punição não é explicitada como parte das medidas voltadas à integridade científica. Os autores concluíram que, embora o Guia SciELO represente uma referência importante para a comunicação científica, a versão preliminar do documento ainda apresenta lacunas quanto à definição dos limites aceitáveis do uso da IA, à clareza das sanções previstas e à ausência de diretrizes específicas sobre a formação de profissionais e funcionalidades aplicáveis, especialmente em contextos interdisciplinares. A pesquisa destaca a necessidade de aperfeiçoamento dessas diretrizes e propõe o avanço de agendas de pesquisa e políticas de formação de profissionais que contemplem os desafios éticos emergentes da integração da IA na ciência.

O segundo artigo sobre IA, *ChatGPT como catalisador do pensamento crítico e criativo*, de Rosa Sandra Paiva, António Pedro Costa e Luís Paulo Reis, apresenta os resultados de um estudo que objetivou caracterizar os alunos por meio da aplicação de um teste de Pensamento Crítico e Criativo (PCC) e de uma Escala de Disposições de Pensamento Crítico, bem como compreender como evoluem as capacidades e as disposições após a aplicação do Modelo de Aprendizagem de PCC com recurso a um modelo de Inteligência Artificial Generativa (IAGen). O estudo foi realizado em Portugal, envolvendo 23 alunos do 12º ano. Os alunos apresentaram um nível inicial elevado de capacidades e disposições de PCC, bem como uma melhoria moderada das capacidades e um aumento significativo nas disposições, especialmente entre aqueles com pontuações iniciais mais baixas.

Anita Helena Schlesener, no artigo *Ética na pesquisa em educação: os limites e desafios ante a Inteligência Artificial*, apresenta reflexões sobre a ética no campo da pesquisa em educação, indagando

tanto sobre a regulamentação quanto sobre as novas dimensões que o problema assume com a inserção das tecnologias digitais, especialmente da IA. O pressuposto teórico-metodológico fundase no pensamento crítico, de modo que a questão ética apresenta uma dimensão política que decorre das condições sociais e históricas. Retomam-se dados da situação atual dos debates sobre a IA na pesquisa em educação e questiona-se a necessidade de marcos regulatórios institucionais que ordenem a pesquisa científica na área das Ciências Humanas e, especificamente, na área da Educação.

O artigo *Integridade Acadêmica versus Inteligência Artificial: uma história de duas IAs*, de autoria de Christophe Premat e Alexandra Farazouli, foi publicado em inglês e em português. O artigo examina como a integridade acadêmica é conceituada e praticada no Ensino Superior sueco no contexto de ferramentas generativas de IA, como o ChatGPT. Oferece-se uma perspectiva institucional e centrada no aluno, com base em diretrizes universitárias, recursos pedagógicos e casos disciplinares, juntamente com uma análise fenomenográfica das reflexões dos alunos sobre o uso da IA no trabalho acadêmico. Os dados empíricos, coletados com 42 estudantes em um curso de escrita acadêmica, revelam um espectro de atitudes que vai da transparência total a distinções pragmáticas entre usos substanciais e auxiliares da IA. Essas reflexões situam-se em uma estrutura cultural mais ampla, na qual a integridade acadêmica é tratada não como um código rígido, mas como uma prática relacional e adaptativa. Argumenta-se que a abordagem sueca à integridade acadêmica enfatiza a confiança, o apoio pedagógico e o raciocínio sensível ao contexto, em vez da vigilância ou da proibição. Ao analisar em conjunto as respostas institucionais, os valores culturais e o raciocínio dos alunos, o texto oferece reflexões sobre como a ética acadêmica está evoluindo em uma era de transformações impulsionadas pela IA.

O quinto artigo sobre IA, intitulado *Inteligencia Artificial en la Universidad: un taller para promover el uso responsable de ChatGPT entre el alumnado*, de autoria de Silvia Ortiz-Bonnin, Francisco Rejón-Guardia e Joanna Blahopoulou, apresenta o desenho, a implementação e a avaliação de uma oficina voltada à promoção do uso responsável do ChatGPT entre os alunos, com a participação de 140 estudantes. Os resultados indicam alta satisfação e um interesse significativo em continuar aprendendo sobre os diversos usos da Inteligência Artificial Generativa (IAG). Conclui-se que é fundamental promover uma reflexão crítica sobre essas ferramentas, a fim de integrá-las de forma ética e responsável ao ambiente universitário.

Esperamos que os artigos publicados nesta Seção Temática sejam úteis para a discussão sobre ética em pesquisa e IA. Apesar das inúmeras publicações sobre esses temas, ainda há muitos aspectos a serem pesquisados, tais como a regulamentação da Lei nº 14.874 de 28 de maio de 2024, que trata do Sistema Nacional de Ética em Pesquisa no Brasil, a regulação do uso da IA nas universidades e as políticas institucionais de ética e integridade (Brasil, 2024). Para o ano de 2026, uma nova Seção Temática a ser publicada na *Revista Práxis Educativa* deverá dar continuidade às discussões desses temas.

## Referência

BRASIL. Lei nº 14.874 de 28 de maio de 2024. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 103, p. 3-7, 20 maio 2024.